



Por Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli são professores da EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV-EPGE)

Educação, distorções e crescimento

O ambiente de negócios não se modernizou a ponto de criar bons empregos para significativas parcelas da mão de obra

17/06/2021 05h00 • Atualizado há 6 horas

Em artigo publicado neste espaço em 5 de maio último, Tiago Cavalcanti coloca uma instigante questão para os interessados nos rumos do desenvolvimento do Brasil: o que explica o fato de o país ter avançado significativamente na escolaridade de sua população nas últimas décadas, mas a produtividade brasileira ter permanecido estagnada?

De acordo com a teoria e os modelos de crescimento econômico, isto não deveria acontecer. Trabalhadores mais educados são mais produtivos que aqueles com menos escolaridade. Eles entendem mais rápido instruções, tarefas e o manejo de novas tecnologias, de forma que inovação e capital humano caminham juntos. Quanto mais educada a força de trabalho, maior sua capacidade de utilizar tecnologias de fronteira e, portanto, maior a produtividade dos trabalhadores. Esta deveria se refletir não só nos salários, mas também no crescimento econômico.

O ambiente de negócios não se modernizou a ponto de criar bons empregos para significativas parcelas da mão de obra

Uma primeira explicação, já parcialmente adiantada por Tiago Cavalcanti, tem como foco a oferta de trabalho. Os jovens brasileiros recebem uma educação de baixa qualidade. Passam mais anos na escola do que passavam no passado, mas pouco aprendem. Embora se verifiquem alguns progressos em indicadores isolados de qualidade da educação, o Brasil ainda se encontra muito longe dos países desenvolvidos, pois os avanços têm sido tímidos. Em alguns casos observam-se retrocessos. No exame Pisa de 2018, um teste de avaliação internacional com estudantes de 15 anos, organizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o desempenho dos alunos brasileiros foi desapontador, com 68% deles no pior nível de proficiência em matemática. Num total de 80 países, o Brasil caiu da 65ª posição para a 70ª nessa importante disciplina. Em proficiência de leitura, os brasileiros estão dois anos e meio abaixo do nível dos estudantes dos países da OCDE.

Some-se a isto o fato de que o ensino médio brasileiro sempre possuiu uma concepção elitista, pois supunha que todos os estudantes estavam se preparando para ingressar no ensino superior, quando a maioria jamais chega à faculdade, pois precisa ir direto trabalhar. Assim, além de não ensinar adequadamente matérias genéricas, como matemática, português, história e biologia, a formação é pouco útil para quem precisa se inserir cedo no mercado de trabalho. A reforma do ensino médio de 2017 buscou corrigir isso, enfatizando trilhas de aprendizado alternativas e ensino técnico em algumas delas, mas até sua plena implantação vai-se conviver com ganhos paulatinos na escolaridade, mas com um baixo conhecimento que impede avanços profissionais.

Outra explicação, complementar à anterior, se encontra na demanda por trabalho. Esta não cresce adequadamente devido a um ambiente de negócios ruim. A tributação sobre empresas é alta e extremamente complexa, com impostos em cascata e muitas outras distorções. Regulações mudam constantemente, adicionando incerteza aos negócios. O comércio exterior é limitado por altas tarifas alfandegárias. Os (poucos) acordos comerciais são motivados por questões geopolíticas - Mercosul - ou ideológicas - política ambiental de Bolsonaro travou implantação do acordo com a União Europeia -, em detrimento da eficiência econômica. O resultado é o encarecimento dos bens de capital e dos bens intermediários, desincentivando o investimento e a inovação. As distorções beneficiam grupos ou regiões específicas - Zona Franca de Manaus - sem qualquer racionalidade econômica - a exemplo das modificações introduzidas na recente MP

da Eletrobras -, tornando mais lucrativo cortejar boas conexões com o governo, a fim de obter benefícios legais ou tributários, do que correr riscos inerentes à atividade empresarial.

Nesse ambiente inóspito, não se criam, ao menos em volume significativo, “bons empregos”, utilizando um termo em voga. Tentativas voluntaristas destinadas a criá-los, não funcionaram, conforme atestou o desastre da Nova Matriz Econômica, com suas campeãs nacionais, reservas de mercado, subsídio à indústria naval, regime automotivo entre outras iniciativas. Beneficiou-se um pequeno grupo de empresas amigas do poder de turno, prejudicando-se o resto da economia. Ao se retirar os subsídios, os bons empregos desaparecem. Olhando-se o quadro geral, de décadas talvez, avanços e recuos nas reformas não foram capazes de modernizar o ambiente de negócios no país, pelo menos ao ponto de fazer com que a criação de bons empregos seja o suficiente para absorver parcelas significativas da mão de obra.

Não se deve adicionar mais distorções, mas corrigir e eliminar as atuais. Infelizmente o ritmo das reformas do atual governo, prometidas com pompa e circunstância, está abaixo do desejável. Houve avanços pontuais na agenda microeconômica - leis do cadastro positivo, liberdade econômica, gás e algumas licitações -, cujos temas, por serem predominantemente técnicos, envolvendo menos resistências políticas, foram poupadas da ação deletéria de Bolsonaro. Na agenda macroeconômica, a reforma da previdência e a independência do BC, ideias que já vinham sendo bem trabalhadas desde o governo Temer, se tornaram realidade graças a um Congresso de orientação mais liberal que os anteriores. Mas as reformas que exigem negociações políticas complexas - tributária, administrativa, privatizações de vulto - não avançam, pois o presidente da república as dificulta.

Conclui-se que o que impede a geração de empregos de qualidade são problemas na oferta e na demanda por mão de obra qualificada. Avançar nas reformas educacionais e institucionais é condição necessária para que se reestabeleça uma relação positiva e saudável entre o crescimento da educação e o ganho de produtividade. Infelizmente, essa tarefa deverá ficar para o futuro governo.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV
Crescimento e Desenvolvimento
Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV

Comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

Acesse sua Conta Globo e participe da conversa

Entre e Participe da Conversa

Mais novos



Ainda não há comentários. Seja o primeiro a comentar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

Com limitadores de RAM & CPU, VPN gratuita e bloqueador de anúncios

OPERA GX